

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA  
BRASILEIRA E O PAPEL DA DEMANDA EXTERNA:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2000-2015**

GABRIEL DE OLIVEIRA AVILA SALES  
matrícula nº: 113080769

ORIENTADOR: Prof. Rodrigo Vergnhanini

SETEMBRO 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA  
BRASILEIRA E O PAPEL DA DEMANDA EXTERNA:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2000-2015**

---

GABRIEL DE OLIVEIRA AVILA SALES  
matrícula nº: 113080769

ORIENTADOR: Prof. Rodrigo Verghnanini

SETEMBRO 2019



*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a conclusão da minha graduação, em primeiro lugar à minha família.

Aos meus amigos que tornaram leves alguns dos pesados momentos da faculdade de Economia.

Aos meus professores, do IE e do CAp, que guiaram minha educação por quase duas décadas na UFRJ.

Agradeço fortemente ao meu orientador Rodrigo, pela disponibilidade, competência e paciência; e também à equipe da secretaria do IE.

Por fim, em função das (passageiras) circunstâncias, agradeço a todos os cientistas e pesquisadores do Brasil, por trazerem inspiração.

## RESUMO

As exportações brasileiras têm passado por marcadas mudanças em sua composição com o aumento da participação de produtos básicos (commodities) em detrimento de bens manufaturados. Este fato pode trazer consideráveis repercussões à economia do país, o que traz importância à sua investigação. Diante disso, é objetivo desta monografia analisar mais precisamente como ocorreu o fenômeno da reprimarização das exportações do Brasil no período entre 2000 e 2015. O trabalho possui então dois objetivos específicos: fazer uma análise qualitativa das transformações da pauta exportadora brasileira e contextualizar tais transformações com a economia mundial no período, apontando assim as causas externas de tais mudanças. Para isso, será apresentada e comentada uma seleção dos principais dados das exportações do país no período – produtos, intensidade tecnológica, destinos e afins – e em seguida serão lembrados alguns dos principais fatos a respeito da economia mundial nas décadas de 2000 e 2010 – período de expansão seguido da crise financeira internacional e grande aumento da influência da economia da China a nível mundial. Será sustentada a hipótese que este país teve papel crucial para uma aceleração da tendência de reprimarização das exportações brasileiras no período investigado.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I – CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE O PAPEL DAS EXPORTAÇÕES NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ....</b>	<b>12</b>
I.1 Visão cepalina e o contexto de meados do século XX.....	13
I.2 Restrição externa no contexto do século XXI: uma Janela de Oportunidade .....	17
<b>CAPÍTULO II – ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA PAUTA EXPORTADORA .....</b>	<b>22</b>
II.1 Metodologia .....	22
II.2 Exportações por fator agregado .....	23
II.3 Exportações por produtos (classificação CUCI).....	26
II.4 Exportações por intensidade tecnológica.....	29
II.5 Exportações por destino .....	30
II.6 A participação das exportações brasileiras no comércio mundial ( <i>market-share</i> ) .....	33
II.7 Síntese .....	34
<b>CAPÍTULO III – EFEITOS DA ECONOMIA MUNDIAL SOBRE A INSERÇÃO EXTERNA BRASILEIRA.....</b>	<b>36</b>
III.1 Período 2003-2007: ciclo de expansão da economia mundial .....	36
III.2 Período 2008-2015: crise financeira internacional e seus desdobramentos .....	41
III.3 Síntese: desafios para a competitividade da indústria .....	45
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>49</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

- 1) Evolução das exportações brasileiras por fator agregado (participação): 1965-2015
- 2) Índice quantum para as exportações brasileiras por fator agregado (2000=100): 2000-2015
- 3) Índice preço para as exportações brasileiras por fator agregado (2000=100): 2000-2015
- 4) Evolução das exportações brasileiras por grupo de produtos – CUCI (participação)
- 5) Exportações brasileiras por destino 2000-2015 (participação)
- 6) Exportações brasileiras por destino em US\$ milhões correntes: 2000-2015
- 7) Participação brasileira nas importações mundiais: setores selecionados e participação total (%)
- 8) Índice de preço para commodities selecionadas (2000=100): 2000-2015
- 9) Termos de troca para países selecionados na América do Sul – países selecionados (número índice: 2000 = 100)
- 10) Taxas de juros EUA e Zona do Euro – % a.a. : 2000-2014
- 11) Importações totais dos principais destinos das exportações brasileiras em US\$ milhões correntes (2000-2015)

## **LISTA DE QUADROS**

- 1) Exportações brasileiras por produto (seleção de subclassificações CUCI) – anos selecionados (participação)
- 2) Exportações brasileiras por intensidade tecnológica: anos selecionados (participação)
- 3) Perfil de importação no comércio com o Brasil dos principais parceiros comerciais (CUCI) – 2015
- 4) Participação dos principais parceiros comerciais, no destino das exportações brasileiras por produto (CUCI) – 2015



## INTRODUÇÃO

O comércio internacional é importante objeto de estudo na economia. As exportações têm particular relevância pois, além de componente da demanda agregada, são para muitos países responsáveis por equilibrar as contas externas. No passado, o Brasil experimentou graves situações de restrição do balanço de pagamentos, o que em alguma medida foi mitigado, entre as décadas de 1970 e 1980, pela formação de uma pauta exportadora variada e com importante participação de produtos da indústria de transformação. Contudo, esse cenário vem se revertendo com o retorno do domínio de produtos básicos nas exportações brasileiras, o que traz a necessidade de debater possíveis problemas neste fato.

Em meados do século XX, as exportações majoritariamente primárias já eram tema de investigação por parte dos autores da CEPAL. No entanto, em períodos recentes, as commodities primárias experimentaram notável elevação de preço, afastando o risco de restrição externa ao qual países exportadores daquelas estavam sujeitas. Ao mesmo tempo, a especialização em produtos industrializados não necessariamente garante uma posição vantajosa em termos de comércio, haja visto que esses têm experimentado redução de seu preço relativo.

Também é destacada a transformação recente da competição no comércio internacional, que se tornou mais acirrada às circunstâncias do crescimento da importância de países do sudeste asiático, sobretudo da China.

Essas tendências tornam importante reavaliar as proposições cepalinas que marcaram o pensamento desenvolvimentista de meados do século XX, com o intuito de refletir sobre as condições e possibilidades de uma inserção internacional virtuosa da economia brasileira no século XXI.

Este trabalho possui dois objetivos. Primeiramente, será feita uma análise qualitativa da pauta exportadora brasileira entre 2000 e 2015, de modo a observar como o processo de primarização ou reprimarização – aqui entendido como aumento da presença relativa de produtos primários – avançou no período. Mais precisamente, busca-se identificar os produtos que alteraram sua composição, avaliar mudanças nos destinos de exportações e identificar marcos temporais importantes (intensificação ou abrandamento reprimarização, alterações em preço e em quantum). O segundo objetivo é delinear as causas externas, relativas a transformações na economia mundial, que produziram as tendências de reprimarização vistas.

Cabe trazer a ressalva de que, naturalmente, entende-se que o processo de reprimarização é multicausal. Fatores como a taxa de câmbio, os determinantes de competitividade da indústria de transformação e a estrutura produtiva interna também influenciam o comércio exterior, mas não fazem parte do escopo da análise pretendida.

O texto se divide então em três capítulos. O Capítulo I terá como objetivo discutir a relevância da composição das exportações para o desenvolvimento econômico a partir da teoria estruturalista latino-americana, que destaca originalmente a composição das pautas de comércio como uma fonte de tendência à divergência entre o crescimento econômico dos países do centro e da periferia. Em seguida, acrescenta-se a proposta da economista Carlota Perez que, partindo da tradição estruturalista, sugere uma inserção externa estratégica considerando o contexto de aumento de preços dos produtos primários que marcou a economia mundial na primeira década do século XXI. O Capítulo II apresenta uma seleção de dados das exportações cobrindo: a evolução da composição por fator agregado, por grupos de produtos e por intensidade tecnológica; a distribuição entre os destinos e a participação do Brasil no comércio mundial. O Capítulo III traz comentários acerca da economia mundial nas décadas de 2000 e 2010 – a saber: aumento da influência econômica da China, surgimento de um ciclo de aumento de preços de commodities, crise financeira mundial e seus desdobramentos – apontando então as causas externas das mudanças na pauta exportadora. Por fim, uma última seção traz as conclusões.

## **CAPÍTULO I – CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE O PAPEL DAS EXPORTAÇÕES NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Este capítulo tem como objetivo revisar algumas teorias que apontam a importância da composição da pauta exportadora. O comércio externo e a especialização na produção são temas presentes na teoria econômica desde os economistas clássicos; será então apresentada aqui uma pequena seleção da literatura que atribui papel central das exportações na questão da restrição externa aos processos de crescimento e desenvolvimento econômico.

Na primeira seção, é apresentada a formulação original da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) a respeito do padrão primário-exportador das economias latino-americanas, conforme Prebisch (1949), além de algumas contribuições posteriores dentro desta tradição. Em seguida, optou-se por tratar do *dual-integrated model*, elaborado por Carlota Pérez (2010). Estabelecer um diálogo entre essas obras não é um exercício óbvio, nem direto. O trabalho de Perez aproxima-se do neoestruturalismo, que surge nos trabalhos da CEPAL a partir dos anos 1990 e que enfatiza outros aspectos da inserção externa. Contudo, a presente monografia considera válido estabelecer uma ponte entre o estruturalismo original e trabalho de Perez, pois este último, ao mesmo tempo que reconhece a validade da formulação de Prebisch do ponto de vista estrutural e do longo prazo, atenta também para as “janelas de oportunidade” que se apresentam aos países primário-exportadores num contexto histórico atípico, e potencialmente benéfico, que se configura no início do século XXI. Assim, há certa continuidade com relação à preocupação central do estruturalismo originário: quais são as condições, relacionadas à estrutura de comércio, que permitem aos países periféricos evitar a restrição externa ao crescimento, e ampliar suas possibilidades de promover o *catching-up* de maneira sustentada ao longo do tempo?

## **I.1 Visão cepalina e o contexto de meados do século XX**

### **I.1.1 Contribuição original de Prebisch (1949)**

A preocupação com a composição da pauta exportadora esteve presente no pensamento da CEPAL desde sua fundação. Conforme exposto em Bielschowsky (2000, p.17), pode-se identificar, no pensamento da CEPAL, quatro traços analíticos presentes no material teórico elaborado nos primeiros 50 anos da instituição: o *Enfoque histórico-estruturalista*; a *Análise das necessidades e possibilidades da ação estatal*; a *Análise dos condicionantes estruturais internos*; e a *Análise da inserção internacional*. Foi a partir desta última que Prebisch chegou a uma importante motivação para a industrialização dos países latino-americanos.

Em Prebisch (1949) é exposto o dilema da CEPAL, à época de sua criação, sobre as propostas de desenvolvimento para a América Latina:

“Segundo uma delas [uma das interpretações acerca do processo de crescimento em discussão na CEPAL] a industrialização é a forma de crescimento imposta pelo progresso técnico (...). E, segundo outra, esse crescimento da economia traz consigo algumas tendências persistentes de desequilíbrio externo.” (PREBISCH, 2000 [1949], p. 181).

Tanto a “imposição da industrialização como forma de crescimento” quanto as tendências de desequilíbrio, segundo o autor, originam-se na baixa elasticidade-renda da demanda dos produtos dominantes na pauta exportadora dos países latino-americanos.

Ainda segundo Prebisch, a elasticidade-renda da demanda por produtos primários nos países centrais tende a ser menor que um pelos seguintes motivos: (i) Com o avanço tecnológico, a produção dos bens industrializados exige cada vez menos bens primários como parte de seu valor total. (ii) Além disso, o avanço tecnológico pode proporcionar mais eficaz uso dos recursos naturais, e também criar substitutos sintéticos dos mesmos. (iii) Ademais, no que se refere ao consumo de bens finais, o aumento da renda também é acompanhada de aumentos menos que proporcionais dos bens primários; isto é, a demanda absoluta por produtos como alimentos tende a se estagnar depois de certo ponto, enquanto a demanda por bens de

consumo industrializados e serviços tendem a ter elasticidade-renda maior ou igual a um.

O diferencial entre as elasticidades-renda é apontado por Prebisch como uma das causas da dita tendência de deterioração dos termos de troca entre produtos primários e industrializados. Por hipótese, Prebisch sugere que, se os preços respondem as melhoras de produtividade, os preços dos produtos industriais devem cair mais que o de produtos básicos, dado que a melhoria em produtividade foi historicamente menor para a produção desses últimos. Porém, observando dados do período 1876-1947 (PREBISCH, 2000 [1949], p. 81), percebe-se que o preço relativo dos produtos básicos cai sistematicamente, o que implica na piora dos termos de troca dos países especializados na produção dos mesmos; a hipótese portanto é invalidada. Prebisch justifica que, nos países centrais, a existência de organizações sindicais melhor estruturadas permitem que os trabalhadores retenham uma maior parte do valor, o que repercute nos preços. Nos países periféricos, a inexistência de sindicatos (para o setor primário) bem organizados impedem tal movimento. Assim, não só o crescimento das exportações dos países latino-americanos tende a ser menor que o crescimento das economias centrais, como a cada período de tempo, a capacidade de importar, por volume exportado, é diminuída.

Em virtude disso, percebe-se, como afirma Prebisch (2000 [1949], p. 184), que se o crescimento dos países latino-americanos depender somente de suas exportações primárias, terá um ritmo sensivelmente menor que o crescimento dos centros industrializados, o que de fato ocorreu nas três primeiras décadas do século XX.

Diante do exposto, as conclusões às quais Prebisch chega sobre a economia dos países periféricos têm forte relação com a composição de suas pautas exportadoras. Tal fato é, então, uma das justificativas para a orientação pró-industrialização da CEPAL.

Uma vez identificada a importância da industrialização e sua correlação com a pauta exportadora, Prebisch analisa os efeitos do desenvolvimento de uma indústria nacional com respeito a possíveis desequilíbrios externos. À medida em que a industrialização avança, a recomposição da demanda de bens intermediários e de capital – em função da modernização da produção – que ocorreu nos países centrais passa a ocorrer nos países periféricos. O mesmo ocorre para bens de consumo: a procura por alimentos e afins tende a se estagnar, enquanto bens mais sofisticados têm

aumento de demanda. Dessa forma, produtos primários perdem importância na demanda global da economia.

Países periféricos em industrialização, portanto, precisam importar bens de capital. Considerando que, ao menos na experiência dos países latino-americanos, o crescimento da economia – em industrialização – superou o das exportações, manifestou-se uma insuficiência na capacidade de importar; Prebisch assinala:

“Daí se depreende, é claro, que esse volume considerável de importações, que aumenta com uma intensidade igual ou maior que a renda real, não poderia realizar-se se outras importações não fossem comprimidas na medida necessária, (...) a menos que o excesso fosse coberto por investimentos estrangeiros. Estes, na verdade, foram muito reduzidos desde a crise mundial [ de 1929].” (PREBISCH, 2000 [1949], p. 186).

O raciocínio de Raúl Prebisch encerra-se, então, destacando o caráter “substitutivo de importações” da industrialização (ISI): reduz-se a importação de parte de bens de consumo agora com produção doméstica, permitindo o aumento de importação de bens de capital, evitando incorrer em desequilíbrio externo. Além disso, o aumento de renda pode também impactar a composição dos bens de consumo importados, uma vez que bens mais sofisticados (com maior elasticidade-renda) tendem a ter sua demanda elevada; portanto, ainda que não sejam condicionantes para a continuidade da importação, o aumento da demanda de tais bens também exigirá uma recomposição da pauta importadora.

### **I.1.2 Tendência ao desequilíbrio externo persistente no processo de SI**

Nas décadas que seguiram à criação da CEPAL, países latino-americanos executaram políticas de industrialização, tendo havido aumento da participação da indústria nas economias e no caso brasileiro, conforme será visto, inclusão de bens manufaturados na pauta exportadora. Porém, os problemas que davam origem ao raciocínio de Prebisch – o baixo crescimento em relação às economias avançadas e o desemprego – reapareceram em momentos nos quais a ISI não era mais compatível como solução. Os “limites” da ISI como projeto de desenvolvimento foram, inclusive, reconhecidos pela CEPAL na década de 1990. Convém assinalar aqui, que o pensamento da CEPAL passou por transformações ao longo do tempo, sendo uma

instituição de pensamento heterogêneo e cujos objetos de investigação vão muito além das exportações (BIELSCHOWSKY, 2000).

Sem pretender abordar os “limites” da ISI como projeto de desenvolvimento ou como a proposição original de Prebisch foi reavaliada posteriormente, é importante aqui destacar algumas dificuldades inerentes à sua execução, sobretudo no que se refere à persistência do desequilíbrio externo.

Conforme mencionado, em Prebisch (1949) já é indicado que o processo de ISI é necessariamente acompanhado por alterações na pauta importadora, de modo a permitir a compra de bens intermediários e de capital do exterior. Porém, a análise histórica dos processos de ISI à medida em que os mesmos avançavam mostra problemas na manutenção de tais importações agora necessárias, como mostra Tavares (1972).

Em Tavares (1972), é apontado, por hipótese, que numa primeira fase da ISI, produz-se um determinado grupo de bens de consumo final, de “baixa” tecnologia. A demanda interna para esse grupo tende a se elevar como efeito de um aumento na demanda agregada, dado o incremento na renda em função dos investimentos na produção desse mesmo grupo de produtos. Ocorre então aumento na demanda por bens intermediários (importados) que supera a disponibilidade de divisas. A saída, da pauta importadora, dos bens agora oferecidos domesticamente é, em princípio, insuficiente para gerar saldo de divisas, dado que a produção doméstica é maior do que era anteriormente importado – em resposta ao aumento da demanda (TAVARES, 1977 [1972], pp. 42-43 ).

Ademais, é importante assinalar, ainda segundo Tavares (1972), que existe um intervalo de tempo entre a construção de uma planta, quando são exigidos elevados montantes de divisas para a importação de bens de capital, até o início de fato da oferta doméstica, que irá aliviar a pauta exportadora. Tal descompasso também agrava a escassez de divisas.

Em suma, o processo de substituição de importações que, em princípio, resolveria a insuficiência de divisas, também realimenta a escassez. Condições excepcionais no crescimento das exportações primárias e entrada de capital estrangeiro, autônomo ou compensatório, geram alívio neste processo. Porém, a solução para evitar a escassez crônica de divisas no processo de execução da ISI (restrição externa) é a produção doméstica de bens intermediários e de capital, evitando que os mesmos ocupem demasiado espaço na pauta importadora.

“Resumindo, podemos concluir que, nas condições do modelo de substituição de importações, é praticamente impossível que o processo de industrialização se dê da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo lentamente até atingir os bens de capital. É necessário (para usar linguagem figurada) que o ‘edifício’ seja construído em vários andares simultaneamente” (TAVARES, 1977 [1972], p. 46)

Adicionalmente à questão da formação de indústrias de bens intermediários e de capital, a ISI esbarrou na questão de como proteger uma indústria nacional, sem permitir que a proteção levasse a ineficiência e baixa produtividade, o que foi preocupação da CEPAL desde a década de 1960 (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 55).

A partir da década de 1990, surge no pensamento cepalino uma nova política de abertura comercial, mais alinhada às circunstâncias da época – globalização produtiva, revolução eletrônica e biotecnológica. Bielschowsky (2000, p.61) destaca a proposta de elevação do coeficiente de exportações, baseada em contínua agregação de valor intelectual às exportações via reelaboração de produtos primário exportadores e “nichos de mercado” industriais. Esta estratégia é investigada pela autora Carlota Pérez, conforme é apresentado na próxima seção.

## **I.2 Restrição externa no contexto do século XXI: uma Janela de Oportunidade**

Esta seção tem como objetivo inserir o debate acerca da restrição externa no século XXI. Para isso, foi escolhida a abordagem intitulada *dual-integrated model* (Pérez 2010), da autora Carlota Pérez. Aqui, a melhora recente dos termos de troca dos países latino-americanos, cenário distinto ao da época das primeiras publicações da CEPAL, é explorada como uma janela de oportunidade para a implementação de uma nova estratégia de desenvolvimento, sintetizada no referido modelo. É importante assinalar, antes de apresentar as ideias, que o denominado “modelo” busca apenas estimular o debate sobre estratégias de política para a América Latina, porém sem desenvolver proposições teóricas rígidas. Também é importante observar os limites de tal estratégia, bem como sua validade para o caso brasileiro, o que será feito no fim da seção.

Conforme exposto em Pérez (2010), três informações devem ser relevadas antes da apresentação do modelo em si. A primeira é o persistente e inaceitável

número de pessoas vivendo em situação de pobreza na América Latina, bem como a alta concentração de renda<sup>1</sup>; fatos que devem ser levados em consideração em qualquer projeto de desenvolvimento econômico. O segundo é a atual natureza da competição dos países-latino americanos com a China e países asiáticos. Isto é, desde as publicações originais da CEPAL, houve notável variação nas vantagens comparativas e termos de troca para os países exportadores de commodities primárias em função do novo papel da Ásia na produção industrial mundial. Em terceiro lugar, deve-se levar em consideração que o modelo centro-periferia é obsoleto no contexto das cadeias globais de valor: “(...) *belonging to the periphery is no longer a situation of static ‘dependency’ but rather a potentially dynamic one*” (PEREZ, 2010, p. 123). Além disso, vale notar que a autora também renuncia em certa medida ao termo “periferia”, assinalando que parte da antiga “periferia” atualmente produz bens industrializados sofisticados.

Deve ser observado, porém, que a abordagem de Pérez não procura invalidar as proposições iniciais da CEPAL, apenas procurar respostas mais adequadas às condições atuais, dadas importantes alterações nos preços relativos – o que será visto no Capítulo 3.

“It is not that those authors [Singer e Prebisch] were wrong, in their period. It is that the contexts were different – and they therefore provided different conditions for development and led to different views. Today, many manufactured products have become low cost commodities and natural resources have experienced very high prices.”  
(PÉREZ, 2015, p.12)

Conforme já indicado, os preços relativos entre bens manufaturados e commodities primárias encontram-se em situação diferente a de meados do século XX. Partindo deste fato, argumenta-se, conforme Pérez (2010), que a indústria de processos de recursos naturais deve ser encarada como solução, e não problema, pelos países latino-americanos. Em outras palavras, a América Latina deve encontrar áreas de desenvolvimento tecnológico onde possa existir vantagem comparativa em relação à Ásia.

---

<sup>1</sup> O modelo também faz propostas para geração de emprego, mirando a questão da pobreza e concentração de renda, problemas que não seriam diretamente resolvidos através das exportações. Tais propostas, porém, não serão exploradas aqui.

O objetivo, porém, não é fazer das economias da região novamente primário-exportadoras tal como no início do século XX, dado que, ainda que os preços de commodities possam se manter elevados por um horizonte razoável de tempo, eles não o serão permanentemente e sua volatilidade jamais será eliminada. Não se assume, portanto, que a restrição externa tenha se resolvido “em definitivo”, apesar de temporariamente ausente nas nações latino-americanas beneficiadas pelo ciclo de preços.

Propõe-se usar o aumento temporário de preços como uma “janela de oportunidade”, em primeiro lugar, através do aumento de conteúdo tecnológico das exportações primárias (indústria de processos). Em segundo lugar, propõe-se usar os recursos originados da elevação temporária de preços em pesquisa e desenvolvimento de produtos associados à indústria de processos e que sejam prováveis componentes da próxima “revolução tecnológica”. Aqui podem ser citadas as áreas da biotecnologia, bioeletrônica, e novos materiais.

Se os recursos em tais áreas forem “prematureos” o suficiente, países latino-americanos poderão futuramente se posicionar na fronteira tecnológica dos mesmos, o que, ainda segundo Pérez, pode ser menos tangível para a área das ICT’s (tecnologias de informação e comunicação), tendo em vista que outros países, inclusive na Ásia, já dominam desenvolvimento e produção neste setor.

Ou seja, no que se refere ao investimento em tecnologia, este deve ocorrer necessariamente nos setores nos quais supõe-se ocorrer a próxima revolução tecnológica. Ainda que a constituição de capital-humano para tal tome tempo, a lógica é o fato de não haver, em outras regiões, nível “muito avançado” nas áreas em questão, justamente o contrário do caso das ICT’s ; o que implica em um maior potencial de se criar uma nova vantagem comparativa.<sup>2</sup>

Por fim, é importante indicar possíveis críticas e limitações às proposições do *dual-integrated model*. Em primeiro lugar, vale notar que o sucesso da requalificação das exportações primárias como motor do crescimento tem pelo menos dois destacados condicionantes: o “tamanho” ou escala da produção e a integração com o restante da indústria (uso de conteúdo nacional). A exploração de petróleo é um primeiro candidato a atender tais critérios, porém outros setores de commodities

---

<sup>2</sup> O tempo, segundo Pérez (2010), ainda assim é fundamental, como mostra o exemplo do Japão que, na década de 1950, iniciou a fabricação doméstica de transistores e equipamentos eletrônicos, alcançando a fronteira tecnológica nesta área às vésperas da revolução tecnológica das ICT’s, que ocorreu poucos anos mais tarde.

(agricultura, mineração) dificilmente têm estas características (MEDEIROS, 2011, p.18). Ademais, viu-se que produtos básicos tipicamente têm menores elasticidade-renda que os industrializados. Assim, ainda que o aprimoramento de uma indústria baseada em commodities reduza a restrição externa, gere emprego e dinamismo econômico, persistirá a tendência de longo prazo ao menor crescimento dos países especializados na produção das mesmas. É imprescindível, portanto, que ocorram investimentos em setores de produtos mais sofisticados para que se constitua uma pauta exportadora com maior elasticidade-renda.

Também é importante assinalar o duplo papel das exportações, controle da restrição externa e motor de crescimento, a princípio não é válido para o Brasil, ainda que possa o ser para outras economias latino-americanas. Em virtude das dimensões geográficas, diversidade regional e de recursos produtivos, base demográfica e outros, as exportações não são um componente importante na demanda final da economia brasileira (MEDEIROS e SERRANO, 2001, p.9).

### **I.3 Síntese**

Foi visto que, segundo a análise de Prebisch (1949), uma economia não industrializada e primário-exportadora – caso dos países latino-americanos na primeira metade do século XX – estará sujeito à restrição externa, com crescimento a taxas inferiores às das economias industrializadas. A solução do problema viria através da industrialização substitutiva de importações (ISI).

Tavares (1972) aponta que, mesmo implementando uma política de ISI, o desequilíbrio no balanço de pagamentos é persistente. Isso torna necessária a criação também de uma indústria doméstica de bens intermediários e de capital, a fim de não esgotar as divisas existentes com as importações necessárias à industrialização.

Pérez (2010) reavalia o papel dos produtos primários nas exportações: as commodities podem dinamizar a economia se, sob a circunstância de melhora temporária de preços, houver investimentos para agregar valor e conteúdo tecnológico na produção, antes da exportação. Esta proposição não busca substituir a teoria estruturalista latino-americana original, mas apenas apontar uma estratégia para o melhor aproveitamento da elevação dos preços de commodities. Contudo, vale questionar se tal estratégia – ainda que sirva para gerar dinamismo econômico e

superávits comerciais – consegue atenuar os efeitos da baixa elasticidade-renda das commodities e trazer uma melhor inserção externa no longo-prazo.

## **CAPÍTULO II – ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA PAUTA EXPORTADORA**

Este capítulo tem como objetivo fazer uma descrição ampla da pauta exportadora brasileira e suas recentes transformações, tomando como alvo o período de 2000 a 2015. Após uma seção de metodologia, a seção seguinte mostrará a evolução das exportações por fator agregado. Uma terceira seção apresenta as mudanças de participação dos produtos e a consequente redução da intensidade tecnológica do total exportado. Também é apresentada a recomposição dos destinos de exportação, que será importante para as explicações relativas à economia internacional das demais transformações, o que é desenvolvido no terceiro capítulo.

### **II.1 Metodologia**

Esta seção tratará brevemente da metodologia de análise empregada para caracterizar as exportações brasileiras no período de 2000 a 2015, objetivo do capítulo.

Foram selecionados os seguintes dados: (i) exportações por fator agregado (1965-2015), para uma primeira observação; (ii) composição das exportações conforme CUCI (Classificação uniforme para o comércio internacional); (iii) intensidade tecnológica, para verificar sobretudo os diferentes níveis de tecnologia dentro da indústria de transformação; (iv) destinos de importação e pauta importadora, com relação ao Brasil, dos principais parceiros comerciais; (v) participação das exportações brasileiras no comércio mundial (*market-share*).

Todos os dados foram obtidos a partir da Secex (Secretaria de Comércio Exterior), à exceção das pautas importadoras e do *market-share*, obtidos na base WITS/Comtrade.

Cabe registrar alguns detalhes acerca da construção dos dados. A discriminação da pauta exportadora por fator agregado divide os produtos entre básicos e industrializados. Os produtos básicos são os que têm baixo grau de elaboração e “guardam suas características do estado quando encontrados na natureza” (Secex). Como exemplo pode-se citar os minérios, café em grão, soja em grão, etc. Os industrializados são os que “sofreram transformação substantiva” e se dividem em manufaturados, que estão na sua forma definitiva de uso, e os semi-manufaturados, que necessitam de novas transformações industriais para seu uso

final. São exemplos de produtos semi-manufaturados o óleo de soja em bruto e o aço, que são usados para a produção de óleo de soja refinado e laminados planos, estes, bens manufaturados.

A classificação por fator agregado é uma primeira avaliação da intensidade tecnológica, que é detalhada na série para a intensidade tecnológica baseada na ISIC<sup>3</sup> (*International standard industrial classification*). Os produtos básicos correspondem integralmente à categoria NCIT (Não classificados na indústria de transformação). Para as categorias classificadas na indústria de transformação, ainda seguindo a ISIC, existem quatro subclassificações: Baixa tecnologia, Média-baixa tecnologia, Média-alta tecnologia e Alta tecnologia.

Para observar os produtos em si, foi escolhida a CUCI (na 4<sup>a</sup> revisão, disponível nos dados da Secex), entre outras classificações (Grandes categorias econômicas, Nomenclatura do mercado comum do sul, etc) dado que esta é composta por apenas 10 grupos (e 66 subgrupos) de produtos, o que permite traçar de maneira prática as linhas gerais da pauta exportadora, o que é importante sobretudo no que concerne à sua concentração. Conforme indicado no manual de utilização dos dados estatísticos do comércio exterior brasileiro<sup>4</sup> (Secex), a CUCI é elaborada com critérios mistos que refletem os materiais utilizados na produção, estágio de processamento, importância do bem no comércio mundial, entre outros.

Por fim, nos dados de destinos de exportação são observados destacando os cinco principais parceiros (com dados da Secex), bem como suas pautas importadoras (com dados do WITS/Comtrade), discriminadas pela CUCI (na 2<sup>a</sup> revisão)<sup>5</sup>.

## II.2 Exportações por fator agregado

O ponto de partida da análise da “primarização” ou “reprimarização” da pauta exportadora, é a avaliação da composição da mesma dividida por fator agregado. Como pode ser observado no Gráfico 1, na primeira metade da década de 1960, os produtos básicos tinham absoluta predominância nas exportações brasileiras – como

---

<sup>3</sup> A ISIC é elaborada pela divisão de estatística da ONU, e utiliza, para a classificação, critérios como matérias primas utilizadas na produção, serviços e fatores utilizados na produção, processos e tecnologias utilizadas na produção e tipo de uso do produto final. Para mais detalhes, acessar: [https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesM/seriesm\\_4rev4e.pdf](https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesM/seriesm_4rev4e.pdf)

<sup>4</sup> Acessar: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/>

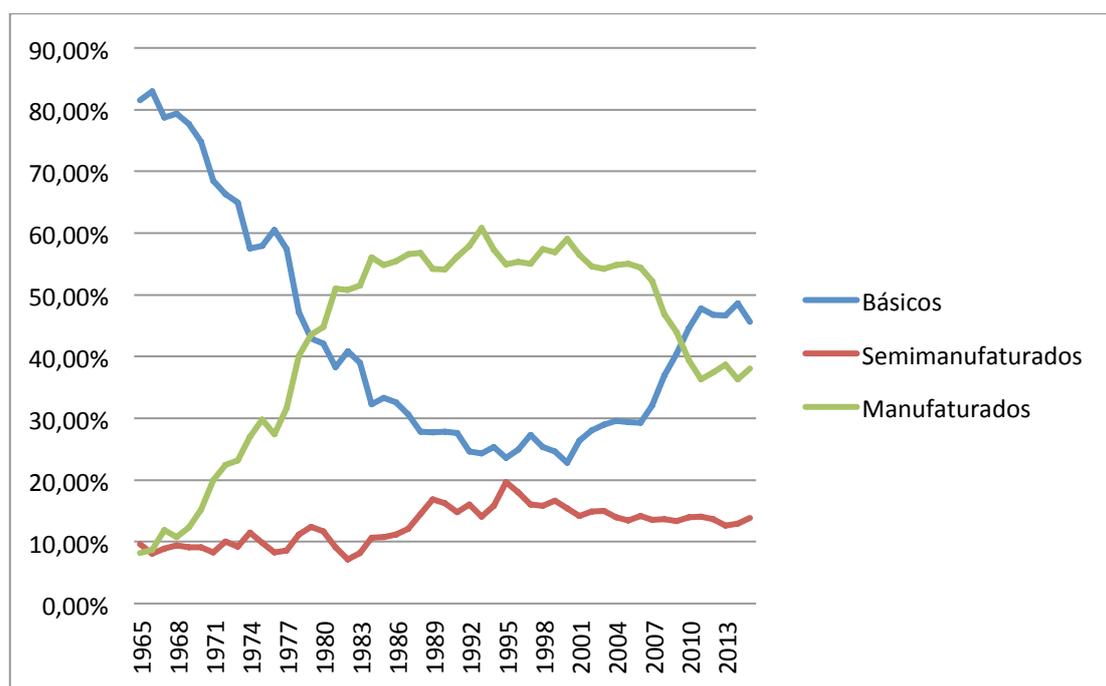
<sup>5</sup> No portal WITS não estão disponíveis dados pela CUCI na 4<sup>a</sup> revisão, como os obtidos na Secex.

lembra Lago (2014, p. 230), apenas o café tinha participação na ordem de 40%. A participação destes porém, já se encontrava em declínio, enquanto os produtos manufaturados encontram-se no movimento inverso.

Tal mudança foi parte da transformação estrutural pela qual passava a economia brasileira no período, e também resposta da política econômica. Conforme assinala Lago (2014), em 1968 o Concex (Conselho de Comércio Exterior) estabelece os seguintes objetivos:

“ (1) Aumento da competitividade dos produtos brasileiros em geral; (2) Diversificação das exportações em especial na direção de produtos manufaturados e semi-acabados; (3) Diversificação e expansão dos mercados externos; (4) Manutenção de um suprimento adequado de matérias-primas importadas, bens intermediários e de capital (...)” (LAGO, 2014, p. 228)

**Gráfico 1 : Evolução das Exportações brasileiras por Fator Agregado (participação): 1965-2015**



Fonte: Secex/ME

Observando que, a partir de 1979, a participação dos bens manufaturados supera a de bens básicos, é então possível afirmar que o objetivo do governo foi atingido. Porém, entre o início da década de 1990 e início da seguinte, percebe-se uma

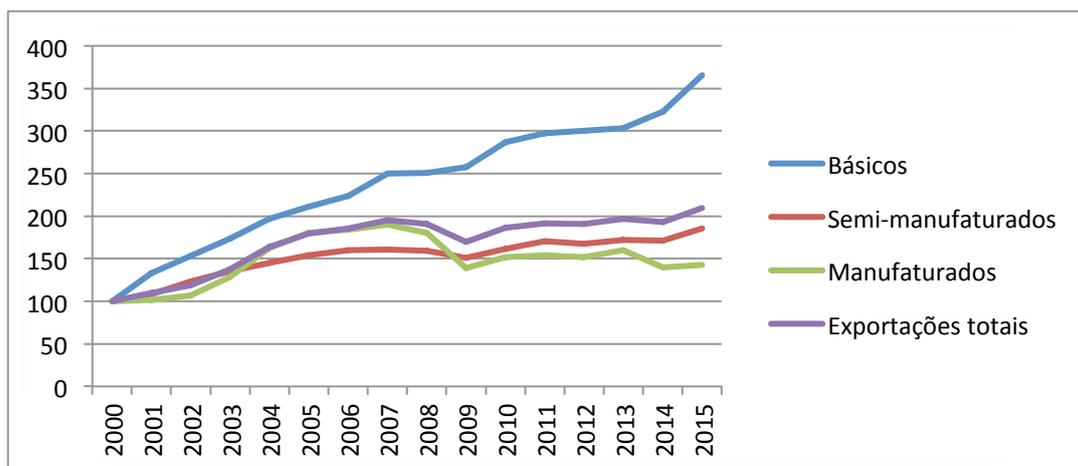
reversão na tendência em vigor nos três decênios anteriores. Em 2009, os produtos básicos novamente figuram como principais exportados – ainda que, à exceção de 2014, a soma da participação de manufaturados e semi-manufaturados supere os 50% do total. Evidencia-se, então, uma manifesta reprimarização das exportações, entendida como o retorno da “primarização” (participação predominante de produtos primários). Também pode-se denotar o fenômeno como “especialização regressiva”, assumindo serem válidos os problemas neste tipo de especialização, conforme as considerações de Prebisch (Capítulo 1), por exemplo.

A observação apenas da participação relativa, em termos de valor, de grupos de produtos gera uma imagem incompleta do movimento das exportações ao longo do tempo. Um aumento da parte de bens básicos nas exportações pode ser resultado de um desempenho “excepcional” desse setor, sem implicar em um resultado ruim, propriamente dito, dos setores ligados à indústria de transformação. Ademais, mudanças nos preços podem gerar grande impacto na participação dos produtos em valor, independente de alteração no volume.

Conforme evidenciado no Gráfico 2, as exportações de produtos básicos de fato tiveram um desempenho extraordinário no período em foco também em volume. Desde 2000, estes crescem mais rapidamente que os produtos industrializados, tomando espaço na composição da pauta. O mais importante fato a se destacar, porém, concerne à queda e consecutiva estagnação dos manufaturados a partir de 2008. Assim, é possível fazer uma periodização preliminar das evoluções das exportações entre 2000 e 2015.

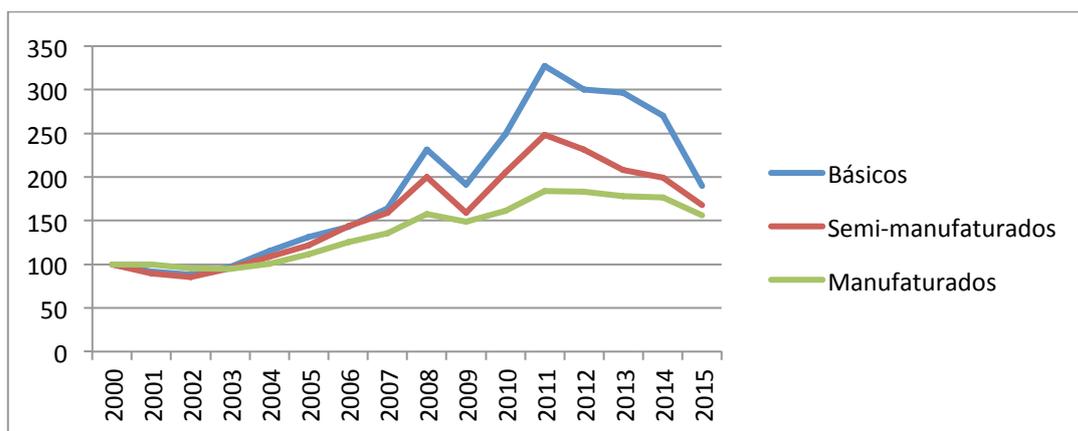
Analogamente, deve-se observar também as variações nos preços (Gráfico 3), por fator agregado, a fim de comparar as trajetórias. Novamente, os produtos básicos tem destaque pelo crescimento. Vale notar ainda as mudanças nas trajetórias; entre 2009 e 2011 os preços dos básicos crescem muito mais rapidamente que os demais. Assim, tanto o volume quanto o preço contribuíram ao aumento da participação relativa dos produtos básicos.

**Gráfico 2: Índice quantum para as exportações brasileiras por fator agregado (2000 = 100): 2000-2015**



Fonte: IPEADATA / Funcex

**Gráfico 3: Índice preço para as exportações brasileiras por fator agregado (2000 = 100): 2000-2015**



Fonte: IPEADATA / Funcex

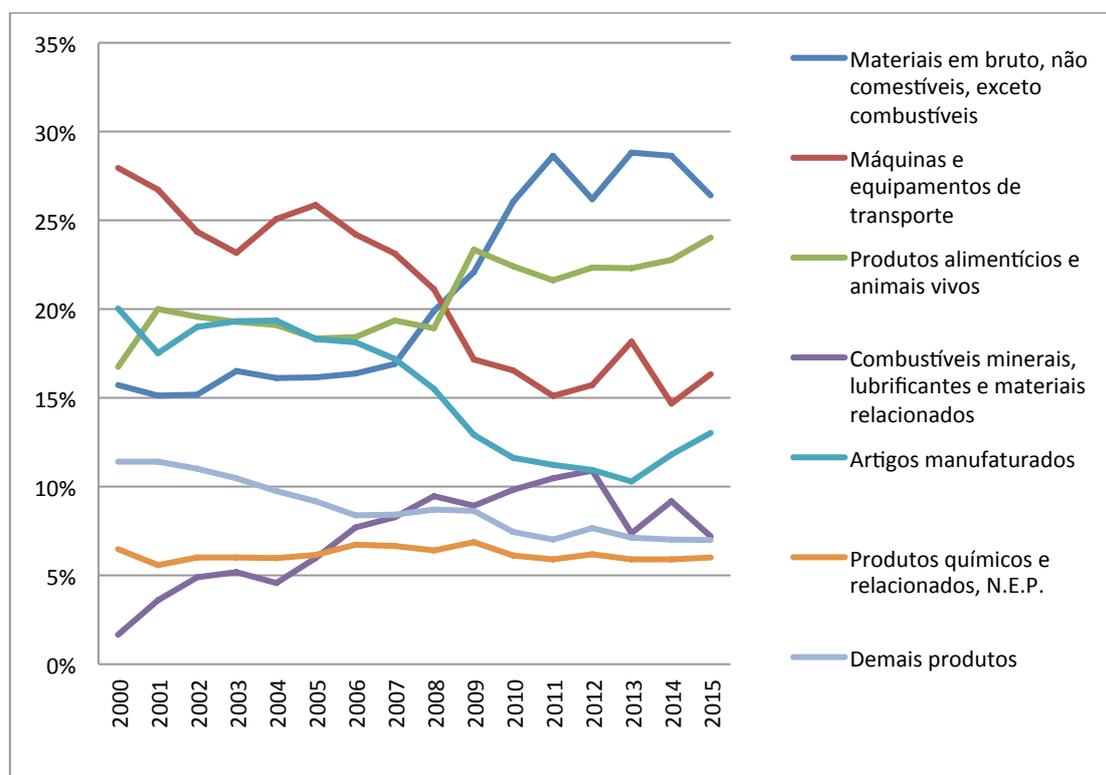
### II.3 Exportações por produtos (classificação CUCI)

A fim de observar a variação das participações entre produtos que colocou os produtos básicos à frente dos demais na pauta exportadora, o Gráfico 4 mostra a evolução das exportações por grupo de produto conforme a CUCI<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Os grupos de produtos omitidos são: Bebidas e tabaco; Obras diversas; Óleos animais e vegetais, gorduras e ceras; Mercadorias e transações não especificadas na CUCI.

É possível notar importantes mudanças nas posições relativas entre os grupos. O grupo “materiais em bruto” subiu vigorosamente e é, em 2015, o primeiro grupo em participação; este é formado integralmente por produtos básicos. Também são destaques as quedas de “máquinas e equipamentos de transporte” e “artigos manufaturados”.

**Gráfico 4: Evolução das Exportações brasileiras por Grupo de Produtos – CUCI (participação)**



Fonte: Secex/ME

Cabe agora examinar quais produtos, mais especificamente (subclassificações da CUCI) contribuíram para a mudança verificada. O grupo “Máquinas e equipamentos de transporte” detém, em primeiro lugar, os veículos rodoviários e máquinas de geração de energia, os primeiros produtos brasileiros em exportação no ano 2000 (cerca de 15% do total neste ano). Já o grupo “material em bruto”, que tornou-se o principal da pauta, é fortemente mais concentrado; 39% deste equivale à minérios metálicos e 42% são sementes e frutos oleaginosos.

Com efeito, a pauta exportadora como um todo também se tornou mais concentrada, o que é perceptível no Quadro 1: em 2015, os quatro primeiros grupos, todos compostos por produtos básicos, somam 36% da pauta.

**Quadro 1<sup>7</sup>: Exportações brasileiras por produto (seleção de subclassificações CUCI) – anos selecionados (participação)**

Produtos		2000	2005	2010	2015
Materiais em bruto não comestíveis, exceto combustíveis	Minérios metálicos e sucata	6,42%	7,34%	16,34%	10,28%
	Sementes e frutos oleaginosos	3,98%	4,51%	5,50%	11,06%
Máquinas e equipamentos de transporte	Outro material de transporte	6,58%	3,22%	2,53%	3,47%
	Veículos rodoviários	7,92%	9,26%	5,77%	4,88%
	Máquinas e equipamentos de geração de energia	2,70%	3,16%	2,21%	2,81%
Produtos alimentícios e animais vivos	Alimentos para animais	3,10%	2,52%	2,50%	3,23%
	Carne e preparações de carne	3,50%	6,80%	6,59%	7,52%
	Café, chá, cacau, especiarias, e respectivos produtos	3,75%	2,91%	3,16%	3,67%
	Açúcares e preparações de açúcares	2,35%	3,47%	6,45%	4,12%
Combustíveis minerais e lubrificantes	Petróleo, produtos petrolíferos e materiais relacionados	1,64%	5,93%	9,66%	7,19%
Artigos manufaturados	Ferro e aço	6,60%	7,63%	4,41%	5,08%
<b>Total</b>		<b>48,55%</b>	<b>56,76%</b>	<b>65,11%</b>	<b>63,32%</b>

Fonte: Secex/ME

É importante assinalar que os dois produtos no topo da lista (Quadro 1), são compostos em cerca de 70% por minério de ferro (em minérios metálicos), e quase integralmente por soja (em sementes e frutos oleaginosos). Os dois produtos tiveram notável crescimento em participação. O petróleo é um terceiro produto que se destacou pelo aumento em participação. Vale observar que o efeito preço contribuiu fortemente para o ritmo de tais crescimentos; em 2011, por exemplo – ano em que os preços de básicos atingem um pico (Gráfico 3) – o petróleo e o minério de ferro têm 11% e 21% de participação respectivamente.

<sup>7</sup> Na primeira coluna estão cinco classificações CUCI (também presentes no Gráfico 4) e, na segunda coluna, algumas de suas respectivas subclassificações (total de 11). Ao lado estão os percentuais de cada subclassificação no total das exportações brasileiras em cada ano.

## II.4 Exportações por intensidade tecnológica

O aumento da participação de bens básicos na pauta exportadora implica na mudança também da participação dos diferentes graus de intensidade tecnológica. O Quadro 2 revela tal mudança de maneira alinhada ao Gráfico 2.

No que concerne à composição dos níveis de tecnologia, vale citar os principais exemplos no caso das exportações brasileiras: (i) Baixa tecnologia: produtos alimentícios (66%), papel e celulose (14%); (ii) Média-baixa tecnologia: Metalurgia (54%); (iii) Média-alta tecnologia: produtos químicos (34%), veículos automotores e carrocerias (34%); Alta tecnologia: aeronaves (70%).

**Quadro 2: Exportações brasileiras por intensidade tecnológica: anos selecionados (participação)**

Classificação	2000	2005	2010	2015
Produtos N.C.I.T.	16,6%	20,6%	36,6%	35,7%
Produtos da indústria de transformação de média-baixa tecnologia	16,8%	17,8%	12,7%	14,2%
Produtos da indústria de transformação de média-alta tecnologia	23,7%	25,1%	18,9%	17,3%
Produtos da indústria de transformação de baixa tecnologia	31,0%	29,5%	27,6%	27,9%
Produtos da indústria de transformação de alta tecnologia	11,9%	7,0%	4,2%	4,8%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secex/ME

Uma informação relevante aqui percebida é o fato de, dentro das exportações da indústria de transformação, haver tendência de redução participação dos produtos média-alta e de alta tecnologia ao longo do período selecionado, enquanto cresce a indústria de baixa tecnologia. Vale fazer a ressalva, porém, de que a indústria de alta-tecnologia é bastante concentrada (70% corresponde a aeronaves) e portanto mais volátil, não permitindo traçar conclusões objetivas. De qualquer forma, há um indício para uma redução da intensidade tecnológica dos manufaturados exportados.

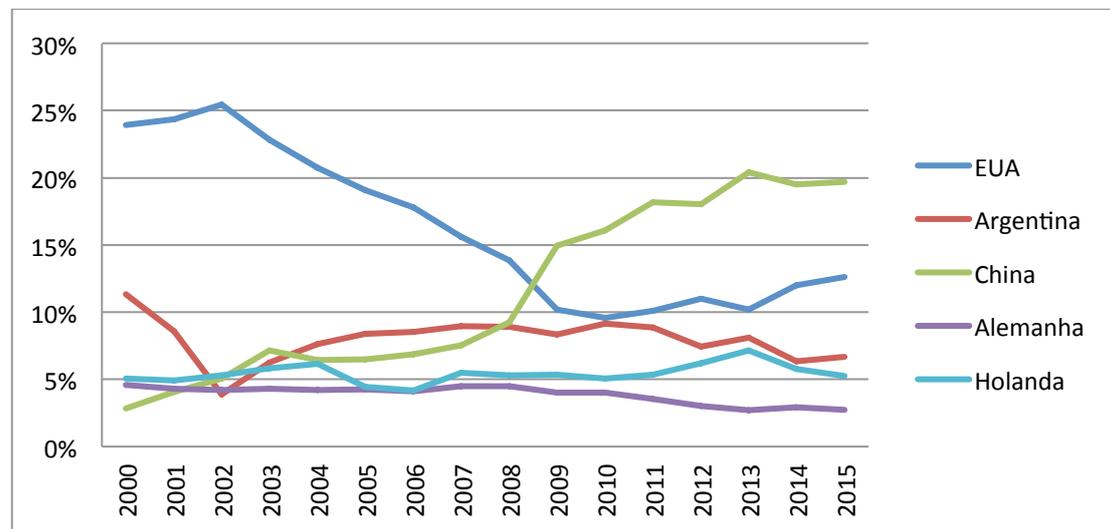
Também é possível notar o grande aumento da participação dos produtos não classificados na indústria de transformação (N.C.I.T.), o que basicamente repete a informação do Gráfico 1. Porém, tal fato deixa mais claro que as exportações brasileiras não estão alinhadas à estratégia proposta em Pérez (2010), apresentada no

Capítulo 1. Foi visto que o aumento de preços das commodities primárias deveria ser encarado como uma janela de oportunidade, sobretudo aplicando os recursos no aumento do conteúdo tecnológico das exportações primárias. Em outras palavras, propõe-se que, pelo menos para parte dos produtos, invista-se em alguma transformação industrial antes da exportação. No caso brasileiro, observa-se, por exemplo, o aumento da participação de minério de ferro ao mesmo tempo de uma redução da participação de ferro e aço nas exportações (Quadro1), sendo o primeiro justamente a matéria-prima do segundo. Portanto, nota-se a “opção” por não investir em transformação industrial (e agregação de valor) antes da exportação.

## II.5 Exportações por destino

Uma outra dimensão das exportações concerne aos destinos. Em 2015, os cinco principais destinos de exportação, somando 46% do total, são China, EUA, Argentina, Holanda<sup>8</sup> e Alemanha respectivamente, grupo que se mantinha desde 2000<sup>9</sup>. Em termos de transformação, o que se destaca é o imenso aumento da participação da China, que se torna o principal parceiro comercial do Brasil em 2009. No sentido oposto, a participação dos EUA cai consideravelmente.

**Gráfico 5 – Exportações brasileiras por destino 2000-2015 (participação)**

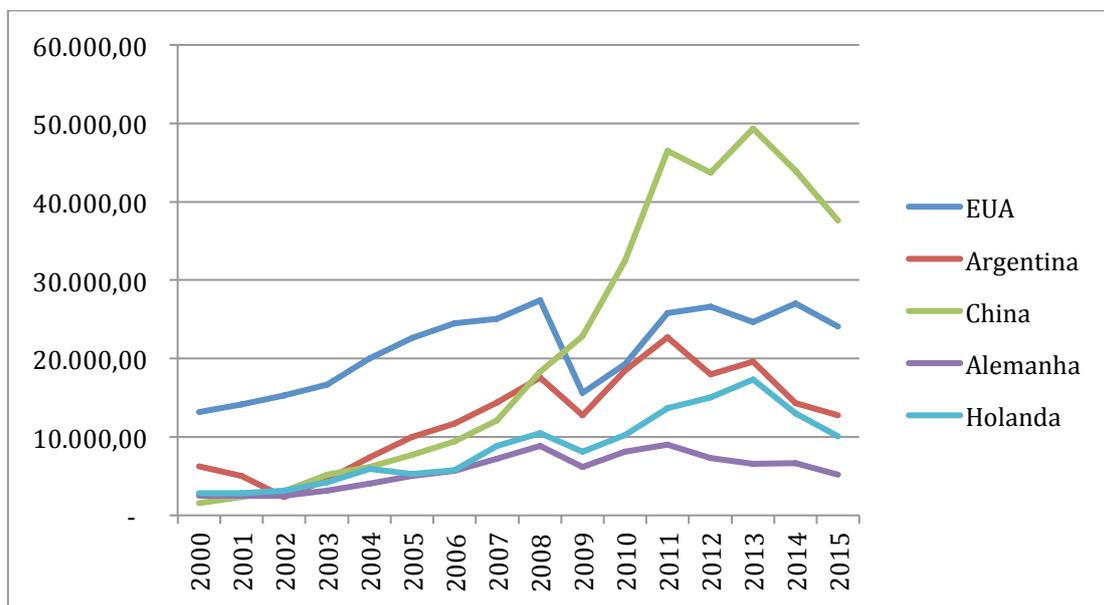


Fonte: Secex/ME

<sup>8</sup> A Holanda absorve produtos cujo destino final não é este país. Isto ocorre pois o porto de Roterdã é um *hub* de comércio da Europa ocidental.

<sup>9</sup> O Japão também figurou entre os cinco principais parceiros entre 2000 e 2003, no lugar da China, e em 2009, 2012 e 2014 no lugar da Alemanha.

**Gráfico 6 - Exportações brasileiras por destino em US\$ milhões correntes (2000-2015)**



Fonte: Secex/ME

A mudança nos destinos de exportação reorienta a pauta exportadora em conformidade a demanda dos novos principais parceiros – no caso do Brasil, a China. Observando os cinco principais parceiros comerciais (Quadro 3) percebe-se que as pautas importadoras destes, com relação ao Brasil, são bastante variadas. Nota-se, em particular, que a demanda da China difere consideravelmente dos parceiros que ocupavam o topo da lista de participação até 2008, EUA e Argentina. Os dois países são os principais destinos para os bens industrializados brasileiros (Quadro 4).

Conforme pode ser verificado no Quadro 3, Máquinas e equipamentos de transporte e Produtos manufaturados – dois grupos de produtos de manufaturados – somam participações de 71% do total exportado pelo Brasil aos EUA, e 85% da Argentina. Ainda observando este par de produtos, vê-se que EUA e Argentina correspondem a um valor significativo do total das exportações brasileiras dos mesmos (Quadro 4).

China, Holanda e Alemanha, em contrapartida, absorvem mais produtos básicos no seu comércio com o Brasil. Porém a China o faz de maneira muito mais concentrada; Alimentos, Minérios e metais somam 70%.

Tal fato, evidentemente, está em consonância às informações sobre a reprimarização vistas nas seções anteriores, dado que a China se tornou o principal país importador. Ainda no que concerne à China, vale notar, novamente o ano de 2008. A exportação brasileira para o país (Gráfico 6) é a única que não cai no ano da crise internacional, a despeito de uma queda nos preços conforme Gráfico 3. Nos anos seguintes, o comportamento das exportações para a China se distancia das demais, em virtude do resultado econômico desse país em comparação aos demais, conforme será visto no próximo capítulo. O resultado, dada a pauta importadora chinesa, é uma forte contribuição à reprimarização das exportações brasileiras.

**Quadro 3 - Perfil de importação no comércio com o Brasil dos principais parceiros comerciais  
(CUCI) - 2015**

<b>Produtos (CUCI revisão 2)</b>	<b>China</b>	<b>EUA</b>	<b>Argentina</b>	<b>Holanda</b>	<b>Alemanha</b>
Commodities agrícolas	5,7%	4,7%	0,4%	8,3%	1,3%
Produtos químicos	1,2%	5,5%	7,4%	4,1%	4,2%
Alimentos	48,6%	9,5%	2,1%	34,2%	38,5%
Combustíveis	11,0%	6,6%	0,2%	4,5%	0,2%
Máquinas e equipamentos de transporte	3,4%	22,9%	32,7%	7,8%	13,3%
Produtos manufaturados	8,8%	48,2%	52,0%	32,4%	29,6%
Minérios e metais	20,6%	2,3%	3,9%	8,6%	12,8%
Tecidos	0,6%	0,4%	1,2%	0,1%	0,2%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: WITS / Comtrade

**Quadro 4 - Participação dos principais parceiros comerciais no destino  
das exportações brasileiras por produto (CUCI) – 2015**

Produtos (CUCI revisão 2)	China	EUA	Argentina	Holanda	Alemanha	Outros	Total
Commodities agrícolas	23,7%	17,5%	1,0%	10,6%	0,9%	46,3%	<b>100%</b>
Produtos químicos	4,1%	16,5%	14,6%	4,2%	2,3%	58,2%	<b>100%</b>
Alimentos	25,7%	4,4%	0,6%	5,5%	3,4%	60,3%	<b>100%</b>
Combustíveis	30,1%	16,0%	0,4%	3,7%	0,1%	49,8%	<b>100%</b>
Máquinas e equipamentos de transporte	4,0%	24,0%	22,5%	2,8%	2,6%	44,1%	<b>100%</b>
Produtos manufaturados	4,7%	23,2%	16,3%	5,3%	2,7%	47,7%	<b>100%</b>
Minérios e metais	34,1%	3,3%	3,7%	4,3%	3,5%	50,9%	<b>100%</b>
Tecidos	9,6%	5,6%	10,9%	0,3%	0,5%	73,1%	<b>100%</b>

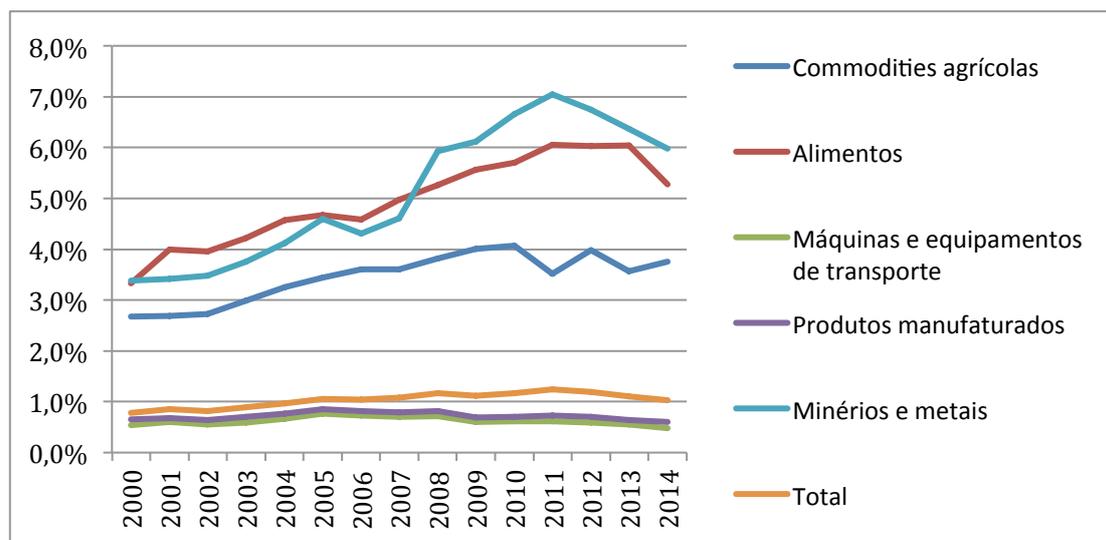
Fonte: WITS / Comtrade

**II.6 A participação das exportações brasileiras no comércio mundial (*market-share*)**

Por fim, uma última análise pertinente é avaliar a participação das exportações brasileiras no comércio mundial, observando que setores ganharam ou perderam participação. Uma análise preliminar da participação do Brasil no comércio mundial no período 2000-2014<sup>10</sup> é positiva (Gráfico 7). Mantendo-se em tendência de alta, o *market-share* brasileiro passou de 0,78% em 2000 para 1,25% em 2012, e encontrava-se em 1,03% em 2014. Porém, observando a diferença de *share* entre os grupos, percebe-se que o ganho de *market-share* se concentrou em commodities. É possível ainda observar queda no *market-share* dos grupos de bens manufaturados e máquinas e equipamentos de transporte. Percebe-se que a recomposição da pauta exportadora também é fortemente explicada pelo diferencial de competitividade entre os setores de commodities e a indústria de transformação.

<sup>10</sup> A série encerra-se em 2014 pois a base WITS não tem dados a partir de 2015

**Gráfico 7 – Participação brasileira nas importações mundiais: setores selecionados e participação total (%)**



Fonte: WITS

## II.7 Síntese

Em linhas gerais, percebe-se as seguintes características na evolução da pauta exportadora nas décadas de 2000 e 2010. Os produtos básicos retomam o primeiro lugar em participação (fator agregado) nas exportações brasileiras 30 anos após o movimento inverso. Este movimento, que já era uma tendência pelo menos desde a década de 1990, pode ser denotado “primarização” ou “reprimarização”.

Entre 2000 e 2008, a tendência de reversão na participação relativa entre bens industrializados e básicos se dá sobretudo por um resultado dos produtos básicos melhor do que os industrializados, que também têm crescimento contínuo. A China ganha importância como destino, absorvendo sobretudo os produtos básicos.

Em 2008, há um choque nas exportações que não atinge, porém, o volume de básicos exportados (Gráfico 2), tampouco as exportações para a China (Gráfico 6). Entre 2009 e 2011 o processo de reprimarização se acentua. Em parte, isso ocorre devido à variação dos preços (Gráfico 3). Neste período, nota-se que a soja, o minério de ferro e o petróleo são os que mais contribuem para a mudança na composição da pauta exportadora.

Também a partir de 2008, os produtos manufaturados pioram seu desempenho, o que em parte pode estar relacionado ao desempenho das exportações

para os EUA e a Argentina, importantes destino de exportação dos referidos produtos (Quadro 4); o que é então outra explicação à acentuação da tendência de reprimarização. O ano de 2008 é, portanto, um importante marco temporal dado que a partir daí há uma intensificação do processo de reprimarização das exportações.

No próximo capítulo, serão investigadas as mudanças na economia mundial que, nas décadas de 2000 e 2010, contribuíram a tendência de especialização regressiva observada.

### **CAPÍTULO III – EFEITOS DA ECONOMIA MUNDIAL SOBRE A INSERÇÃO EXTERNA BRASILEIRA**

Este capítulo tem por objetivo apontar fatos relativos à economia e ao comércio internacionais, no período de 2000 a 2015 – período em foco deste trabalho –, que ajudam a identificar as causas externas das tendências de reprimarização da pauta exportadora brasileira. Em particular, serão investigadas as causas externas à tendência de acentuação da reprimarização na década de 2000, e se tal fenômeno teria relação com a crise financeira do *subprime* de 2008 e seus efeitos. A seguir, o texto parte-se em duas subseções dividindo a análise entre em um período pré e um período pós-2008, além de uma subseção de síntese com alguns comentários dos desafios que o Brasil tem para refazer sua inserção externa, num ambiente competitivo mais adverso.

Cabe aqui uma breve ressalva; conforme já assinalado na introdução, entende-se que o processo de reprimarização é multicausal. Além dos fatores externos aqui tratados, a taxa de câmbio, os determinantes de competitividade da indústria de transformação e a estrutura produtiva interna influenciam o comércio exterior, porém não serão investigados aqui. Uma discussão mais ampla sobre a desindustrialização no Brasil – bem como a sua existência ou não – pode ser encontrada, por exemplo, em Oreiro (2009), Squeff (2012) e Sarti e Hiratuka (2017a).

#### **III.1 Período 2003-2007: ciclo de expansão da economia mundial**

O período de 2000 a 2007 contém um marcado ciclo de expansão da economia mundial (2003 a 2007) que é facilmente destacado por estar delimitado entre as sucessivas crises regionais entre o fim da década de 1990 e início de 2000 – crise asiática, crise russa, *crash* Nasdaq, entre outras – e a crise financeira de 2008, e é marcado pela elevação das taxas de crescimento do produto e comércio mundial, bem como crescimento em todas as regiões do mundo (PINTO, 2011).

Conforme aponta Pinto (2011), os EUA e a China, bem como as relações comercial e financeira entre os dois países, foram os “protagonistas” deste ciclo de crescimento. Neste sentido, algumas observações sobre o contexto interno desses países devem ser feitas.

Nos EUA foram implementadas políticas monetária e fiscal expansivas, implicando em aceleração do nível de atividade econômica a partir de 2003. A

medida foi uma resposta à desaceleração do país entre 2000 e 2002, às circunstâncias da quebra da Nasdaq (2000) e dos atentados de 11 de setembro (2001).

Na China, o crescimento já intenso desde as duas décadas anteriores tomou mais vigor nessa época. Como lembra Pinto (2011), houve intensificação dos investimentos, tendo a razão entre a formação bruta de capital fixo e o PIB se elevado de 34,4% em 1998 para 42,5% em 2006.

Também favoreceu o crescimento chinês a economia aquecida nos EUA, principal importador do país asiático. Vale notar ainda que a China entrou na OMC no ano de 2001, o que contribuiu para o estreitamento comercial entre os dois países; apenas entre 2000 e 2003 por exemplo, as exportações da China para os EUA aumentaram em 50% (MEDEIROS, 2006).

Com efeito, a China elevou sua participação no produto e no comércio mundiais e, portanto, tornou-se mais influente no crescimento de outras regiões do mundo, sobretudo através do comércio. Dois grupos de produtos destacam-se na pauta importadora chinesa: máquinas e equipamentos pesados, e commodities (sobretudo minérios e energia). Os primeiros, como assinala Pinto (2011), são fornecidos principalmente pela Alemanha, Japão e EUA, e os segundos principalmente pelo Oriente Médio, África e América Latina – incluindo evidentemente o Brasil, como já visto. Além disso, há intenso comércio da China com o restante da Ásia – em particular o sudeste asiático – onde se destaca a importação de bens intermediários (partes e componentes de produtos manufaturados) (MEDEIROS, 2006). Fica evidente, portanto, a dispersão da influência chinesa ao redor do mundo.

Para melhor compreender como esse cenário de forte crescimento da China impactou as exportações brasileiras, deve-se observar mais atentamente as importações de commodities pelo país asiático. Como visto, houve notável aumento das importações de commodities e, sendo os países latino-americanos – sobretudo sul-americanos – importantes ofertantes de tais produtos, as importações chinesas provocaram superávit nas balanças comerciais, e portanto alívio na restrição externa desses países (o marcado aumento de preços das commodities a partir de 2005 também contribuiu para tal, como será melhor observado mais adiante) (PINTO, 2011). Além disso, como lembra Medeiros e Cintra (2015), a China provocou forte impacto na renda de diversos países sul-americanos, como Chile, Peru e Equador, cuja participação das exportações no PIB supera os 30%. Em suma, a China

desempenhou um papel importante no desempenho macroeconômico dos países da região.

Vale notar ainda que o aumento da influência da China na economia latino-americana, e em outras partes do mundo, também veio em forma de investimento direto externo. Estes, contudo, são concentrados na indústria de recursos naturais (commodities), facilitando uma complementaridade com a indústria chinesa. Como lembra<sup>11</sup> Cunha et. al. (2012):

“A China tem se convertido em importante exportador de capitais na forma de IDE, particularmente depois de 2005. Setores de energia e de recursos naturais diversos têm sido priorizados, bem como países que se caracterizam pela abundância relativa daqueles produtos e que estão localizados na Ásia, África, América Latina e Oriente Médio (...) é razoável assumir que o volume acumulado de inversões exceda os US\$ 200 milhões no período 2005 a 2010.” (CUNHA et. al., 2012, pp. 215-216)

No que concerne ao Brasil, as exportações de commodities à China foram um grande destaque da pauta exportadora do país, conforme já indicado no Capítulo 2. Além disso, deve-se notar que a exportação de manufaturados brasileiros provavelmente também se beneficiou do comércio de commodities, visto que os países sul-americanos constituem um importante mercado da indústria brasileira, como também já indicado no Capítulo 2. De fato, percebe-se que até 2007 as exportações de manufaturados têm crescimento contínuo (Gráfico 2), o que pode ser então parcialmente explicado pela demanda derivada da renda obtida com a exportação de commodities, de parceiros comerciais brasileiros, para a China.

“O crescimento vigoroso das exportações brasileiras pode ser atribuído em grande parte aos efeitos da China sobre os produtos primários que nós exportamos e sobre outros países que exportam produtos primários para os quais o Brasil vende produtos industrializados, como muitos dos nossos parceiros comerciais na América Latina [sobretudo no âmbito do Mercosul]” (CARVALHO, 2009, p. 119 apud PINTO 2011).

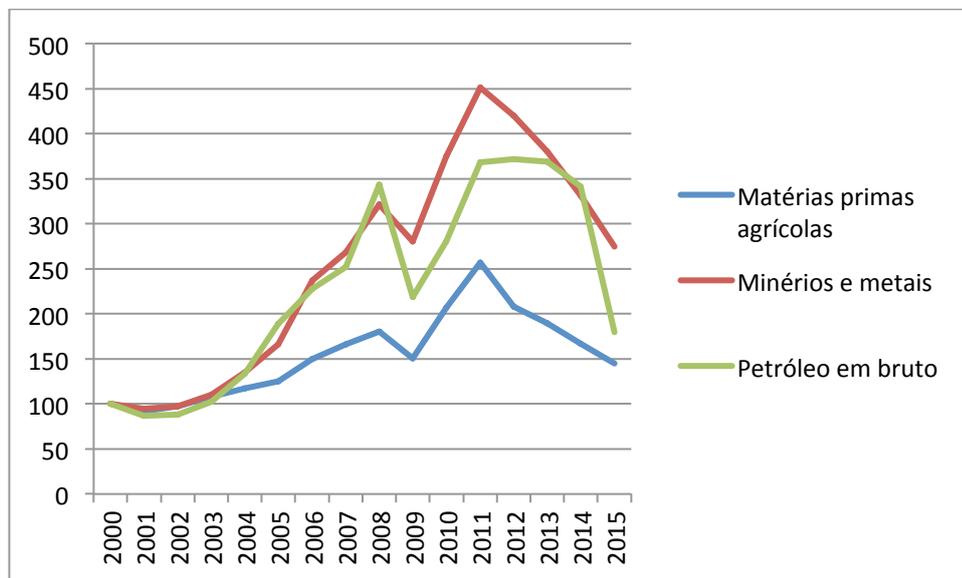
Outro fato pertinente sobre o período concerne ao já mencionado ciclo de aumento de preços de commodities; alguns detalhes do mesmo devem ser assinalados. Conforme aponta Serrano (2013), o ciclo tem início em torno de 2005, e tem o pico

---

<sup>11</sup> Os autores explicam que a cifra indicada (200 milhões de dólares) é uma estimativa, dadas a dificuldade de encontrar os valores exatos e a divergência entre fontes.

em 2011 – com uma breve queda e recuperação entre 2009 e 2010. As commodities energéticas, minérios e metais tiveram o aumento mais destacado, tendo mais que triplicado entre 2000 e 2008 (Gráfico 8). Ainda segundo Serrano (2013), as origens dos aumentos são mistas<sup>12</sup>. Porém, no que se refere aos minérios, houve relevante influência da China, dada a relação deste produto com os investimentos em infraestrutura e urbanização, que eram parte importante dos investimentos chineses. Com efeito, a contribuição das commodities no total de comércio exterior a nível mundial teve tendência de aumento na década de 2000, elevando sua participação em 1,8 pontos percentuais (ALVARENGA e NEGRI, 2010).

**Gráfico 8 – Índice preço para commodities selecionadas (2000=100):  
2000-2015**



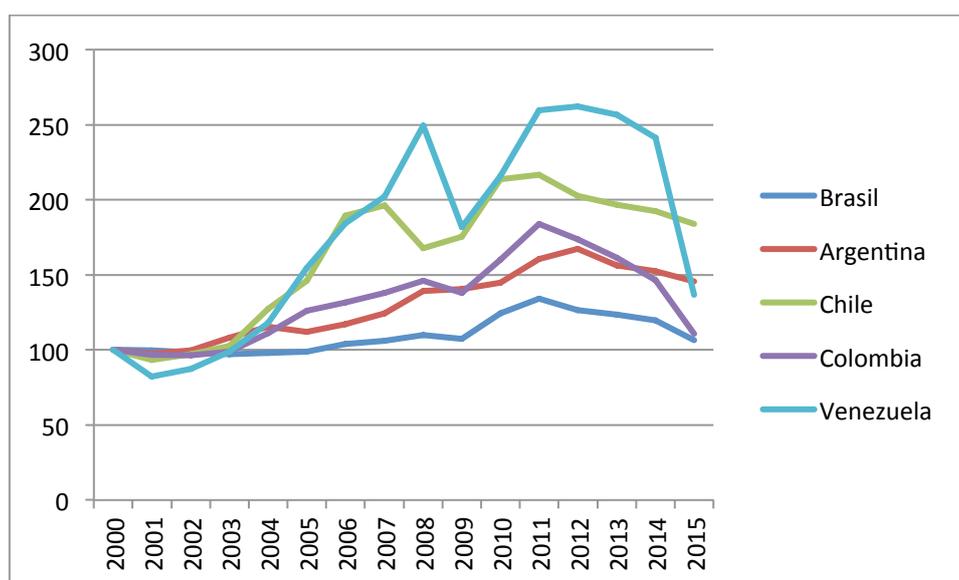
Fonte: UNCTADSTAT

É válido notar ainda que os preços aumentaram em termos absolutos – seu valor denotado em dólares correntes – e também em termos relativos, isto é, quando comparados aos preços de manufaturados. Neste ponto, a China é outro fator de

<sup>12</sup> Para o petróleo, Serrano (2013) aponta as condições de ofertas, sujeitas a decisões políticas o determinante do preço. Já para as commodities agrícolas, são apontados os efeitos do aumento dos custos de energia e matéria-prima para fertilizantes e afins, associados ao preço do petróleo, como explicação. Também é apontado um possível custo de oportunidade para certos gêneros agrícolas que, se puderem ser transformados em biodiesel, serão parcialmente desviados para esse fim em caso de aumento do preço do petróleo. Assim o aumento do custo da energia foi responsável pelo aumento do preço dos alimentos.

influência para o ciclo em questão. Como lembra Serrano (2013, p. 193) a hipótese de tendência de deterioração dos valores dos bens primários em relação aos manufaturados (Prebisch), refletia o poder de barganha – à época de sua formulação – dos trabalhadores da indústria dos países centrais. Uma vez que países em desenvolvimento (periferia), cujo custo unitário de mão-de-obra não é assegurado por um poder de barganha como nos países centrais, começaram a produzir bens manufaturados, iniciou-se um processo de “commoditização” dos mesmos. Uma repercussão deste fato foi a recente melhora dos termos de troca dos países mais especializados na exportação de commodities (Gráfico 9), o que foi a base da análise de Pérez (2010), vista no Capítulo 1.

**Gráfico 9 – Termos de Troca para países selecionados na América do Sul  
(número índice - 2000 = 100)**



Fonte: WITS / Comtrade

Em suma, o período entre 2003 e 2007 foi marcado por um notável crescimento a nível mundial, sendo os “motores” o crescimento dos EUA e da China. Este último país tornou-se mais influente, portanto, na economia mundial e ajudou a provocar um ciclo de aumento de preços de commodities que trouxe fortes consequências às exportações brasileiras. A princípio, os efeitos de tal ciclo foram positivos ao permitir superávits não só diretamente pela exportação das commodities em si, como colaborou, indiretamente, para a manutenção de um crescimento

contínuo das exportações de bens manufaturados à América do Sul. Assim, é importante destacar que movimento de reprimarização da pauta exportadora até 2008, portanto, ocorreu em função de um desempenho extraordinário das exportações primárias, e não de um mau resultado dos manufaturados. Contudo, as exportações de manufaturados se estagnaram a partir de 2008, ano em que a crise financeira internacional interrompeu a fase de grande dinamismo econômico internacional dos cinco anos anteriores.

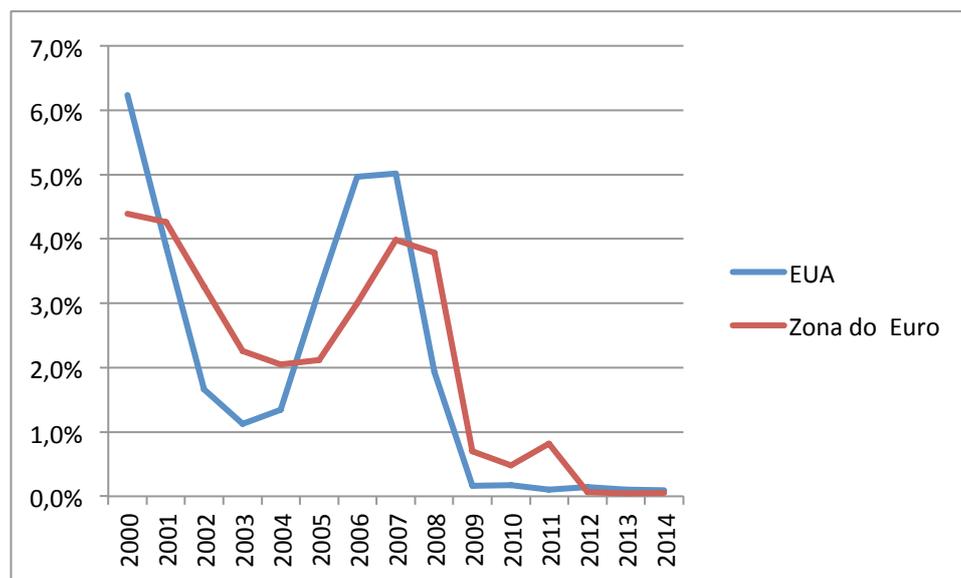
### **III.2 Período 2008-2015: crise financeira internacional e seus desdobramentos**

A crise de 2008 causou fortes repercussões no produto e comércio mundiais. Cabe então lembrar alguns fatos sobre a mesma a fim de procurar impactos sobre as exportações brasileiras. Em particular, é relevante descobrir em que sentido ela guarda relações com a acentuação da tendência de reprimarização a partir de 2008 – sobretudo em função da estagnação das exportações brasileiras de manufaturados que perdurou pelo menos até 2015 (Gráfico 2).

Com uma intensidade histórica, a crise atingiu todas as regiões do mundo e reduziu o PIB mundial em 0,6% e o comércio em 10,7% no ano de 2008. Rapidamente, foram desenvolvidas estratégias anticíclicas em vários países. Todas as principais economias centrais e emergentes desenvolveram, em alguma medida, a política fiscal como parte do esforço (PINTO, 2011).

Outro grande destaque foi a redução das taxas de juros nas economias avançadas, que atingiram níveis historicamente baixos (Gráfico 10), e sem incorrer em uma recuperação rápida. Como consequência, houve vazamento de liquidez para os países em desenvolvimento e valorização de suas moedas. Apesar de tais medidas, os EUA e mais marcadamente a Europa mantiveram taxas de crescimento baixas de 2009 a 2011.

**Gráfico 10 – Taxas de juros<sup>13</sup> EUA e Zona do Euro - % a.a. (2000-2014):**



Fonte: IPEADATA / FMI

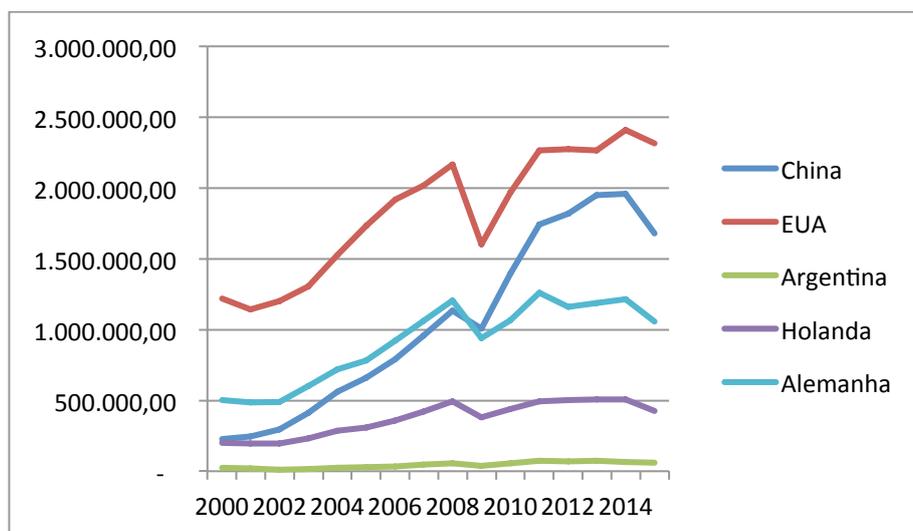
Na China, contudo, as taxas de crescimento continuaram elevadas (não houve recessão). Aqui, é importante assinalar que o esforço anticíclico chinês incluiu a necessidade de criar uma substituição às exportações aos EUA, como forma de sustentar o crescimento da demanda, dada a desaceleração da economia americana. Como mostra Pinto (2011), houve estratégias para desviar o crescimento para o mercado interno, em particular para o consumo das famílias. Além disso, buscou-se recorrer a novos mercados como destino de exportação, com destaque a outros países emergentes. É importante lembrar que outras economias emergentes além da China escaparam da recessão prolongada no pós-crise, que foi o caso do Brasil e outros países sul-americanos (PINTO, 2011; CUNHA et al, 2012).

De posse dessas observações, é possível fazer alguns comentários acerca do comportamento das exportações brasileiras no pós-2008 e sua relação com os efeitos da crise. Uma primeira conclusão concerne à diferença dos crescimentos de importação entre os diferentes destinos de exportação do Brasil, dados os efeitos da crise. Enquanto a China rapidamente recupera os níveis de importação, os EUA e, sobretudo a Alemanha e Holanda – como visto no Capítulo 2, importantes parceiros

<sup>13</sup> EUA: taxa de juros dos fundos federais ; Zona do Euro: taxa de juros interbancária – maturidade de 3 meses.

comerciais do Brasil – têm certo nível de estagnação (Gráfico 11). É justamente nesse período (ano de 2009) que a China se torna o principal parceiro comercial do Brasil – a China é o único para qual não há queda nas exportações, mesmo no ano de 2008. Tal fato explica a continuidade do crescimento das exportações de commodities e ajuda a explicar a estagnação, tendo em vista que os EUA (Quadro 4) são importante mercado<sup>14</sup> para os manufaturados.

**Gráfico 11 – Importações totais dos principais destinos das exportações brasileiras em US\$ milhões correntes (2000-2015):**



Fonte: WITS / Comtrade

Além disso, logo após 2008 os preços das commodities tiveram rápida recuperação e acentuação da tendência de alta (com pico em 2011), mantendo-se em patamares elevados até 2014 (Gráfico 8). Portanto, os preços favoráveis às commodities se mantiveram no pós-crise. Tal fato implicou em um acelerado aumento da participação das mesmas na pauta exportadora do Brasil. Contudo, foi visto que a alta de preços tinha, a princípio, efeito benéfico também para a exportação de manufaturados. Este cenário, porém, parece ter se revertido com a perda de mercado da indústria brasileira nos vizinhos sul-americanos, ainda que estes tenham continuado se beneficiando da alta de preços das commodities.

<sup>14</sup> Vale notar que a Argentina, outro importante mercado para os manufaturados brasileiros (Quadro 4), também não tem trajetória crescente nas importações – possivelmente por motivos outros que não diretamente ligados à crise de 2008 –, tendo havido queda nos valores correntes em 2008, 2012, 2014 e 2015.

Como já mencionado, a busca de novos mercados para substituir as exportações aos EUA foi parte da estratégia da China no pós-crise. De fato, pode-se dizer que a competição do comércio de bens manufaturados, contra a competitividade da China e outros países do sudeste asiático, que já era notável antes da crise, tornou-se mais acirrada depois da mesma. Esta é a posição de Sarti e Hiratuka (2017b):

“Ou seja, o estabelecimento de um conjunto de produtores asiáticos, liderados pela China, ao mesmo tempo em que elevou a demanda por diferentes *commodities* e insumos básicos, tem criado uma competição extremamente acirrada nos mercados de produtos manufaturados e que futuramente pode aumentar ainda mais. Vale destacar que o crescimento elevado e sincronizado da economia global entre 2003 e 2008 acentuou o primeiro aspecto e atenuou o segundo. O período posterior à crise, por outro lado, atenuou o primeiro fenômeno e acentuou o segundo.” (SARTI E HIRATUKA, 2017b, p. 201)

Retomando a hipótese de perda de mercado na América do Sul, vale notar que esta tem respaldo empírico, conforme estudo de Pereira (2014). Como visto no Capítulo 2, houve perda de *market-share* dos produtos manufaturados brasileiros, a nível mundial. Através de uma análise de *constant market-share*<sup>15</sup>, Pereira (2014) faz uma estimativa das perdas de mercado do Brasil que podem ser atribuídas à China.

Comparando o ano de 2011 em relação a 2008 – apenas 3 anos –, o houve “perda”<sup>16</sup> de exportações no valor de 6,75 bilhões de dólares para os países da América do Sul, das quais 2,4 bilhões (35%) pode ser atribuída à China (PEREIRA, 2014, p.29). Em suma, o efeito “benéfico” que a China dava à exportação de manufaturados brasileiros no início da década de 2000 cessou anos mais tarde. O estudo ainda aponta que tais perdas são concentradas na indústria de transformação. Convém ainda assinalar que houve perdas também em outras regiões do mundo, mas como já indicado, os países sul-americanos, junto os EUA, são os principais destino de exportação de manufaturados. Além disso, as exportações para esses países

---

<sup>15</sup> A análise de *constant market-share* é uma estimativa das perdas (ou ganhos) de mercado, ao avaliar perda da participação de um país em um setor de bens simultânea ao ganho de outro país neste setor (ou vice-versa). Trata-se de um mapeamento preliminar e conclusões objetivas só podem ser tomadas com um estudo setorial detalhado.

<sup>16</sup> Os valores monetários de perdas ou ganhos são relativos ao resultado com as exportações caso não tivesse havido mudança no *market-share*. Os detalhes da metodologia encontram-se em Pereira (2014) pp. 22-24.

arrefeceram não apenas pelo efeito da substituição predatória pelos produtos chineses, mas também pela própria desaceleração no seu crescimento e importações totais.

### **III.3 Síntese: desafios para a competitividade da indústria**

Foi visto que o Brasil passou, em 2008, por um aprofundamento da tendência de reprimarização da pauta exportadora, que já ocorria desde a década anterior. Assume-se, evidentemente, que o processo seja multicausal, porém parcialmente ligado à combinação de causas externas com os determinantes de competitividade (taxa de câmbio, investimentos em pesquisa e desenvolvimento, etc). Uma alteração deste tipo na inserção internacional de um país, ainda que ocorrida ao longo de duas décadas não é desprezível para sua economia, em particular, devido ao papel das exportações como fonte de divisas. Contudo, o cenário – temporário – de “reversão” das tendências de termos de troca em favor das commodities elimina os riscos de restrição externa, pelo menos no curto prazo.

De fato, deve-se fazer a ressalva de que, no Brasil, a reprimarização da pauta exportadora veio acompanhada de uma melhora nas contas externas, em termos de fluxo (superávits comerciais) e de estoque (acúmulo de reservas internacionais). Ainda assim, cabe sinalizar que, a despeito das melhoras de curto-prazo, a literatura de tradição estruturalista latino-americana, apresentada no Capítulo 1 indica que há efeitos nocivos de longo-prazo em manter uma pauta exportadora com participação muito grande da indústria de commodities.

Vale lembrar que no passado, como visto no Capítulo 2, o Brasil diversificou sua produção industrial e teve a maior parte da pauta exportadora composta por produtos industrializados. Porém, há indícios de que aprimorar a inserção externa do Brasil será mais difícil no século XXI. Sarti e Hiratuka (2017b), coloca quatro motivos que sustentam essa hipótese que estão indicados a seguir.

O primeiro é a já comentada influência da China – e outros países do sudeste asiático – sobre o preço dos produtos manufaturados, além da competitividade tecnológica que este país adquiriu. O segundo, concerne ao crescimento da importância do comércio de bens industrializados intermediários e semi-acabados no comércio mundial; sabidamente, o Brasil está geograficamente distante dos “centros” das cadeias produtivas globais, e na América do Sul há baixa complementaridade entre a produção industrial. O terceiro desafio indicado por Sarti e Hiratuka (2017b) é

a concentração dos ativos intangíveis tecnológicos por grandes empresas transnacionais, que vêm recorrendo a fusões e aquisições mais frequentemente de modo a aumentar tal concentração. O quarto desafio é o fato de as economias avançadas, também ameaçadas pela competição chinesa, vêm elaborando estratégias para recuperar sua competitividade no pós-crise de 2008.

## CONCLUSÃO

Conforme visto, a abordagem cepalina encontrou – no contexto do século XX – problemas associados à composição predominantemente primária das exportações latino-americanas, dadas as restrições no balanço de pagamento às quais essas economias estavam sujeitas. O problema, como avaliou Prebisch, estava associado à tendência de deterioração dos termos de troca entre produtos básicos (exportado pelos países periféricos) e os industrializados (importados dos países centrais).

No século XXI, este debate foi atualizado, posto que a recente tendência de elevação dos preços de commodities permitiu aos países exportadores de produtos básicos experimentarem melhora nos termos de troca (o que confronta a previsão de Prebisch), e com isso obtendo superávits comerciais e alívio da restrição externa. Neste contexto, há propostas para reconsiderar a importância das exportações primárias, como em Pérez (2010), que podem ser encaradas como oportunidade de dinamizar as economias, sobretudo quando agregando conteúdo tecnológico a esses produtos. Porém, esta estratégia deve vir acompanhada de investimentos também em outros setores, que sejam propícios a fazerem parte de uma próxima revolução tecnológica, tornando assim o país competitivo em produtos mais sofisticados. Caso contrário, a pauta exportadora continuará formada por produtos de baixa elasticidade-renda, o que implica em um menor crescimento de longo-prazo das exportações.

No que se refere às exportações brasileiras – o objeto de análise aqui tratado – foram observadas as seguintes tendências no período entre 2000 e 2015: em primeiro lugar, nota-se uma tendência, em vigor desde a década anterior, de aumento da participação dos produtos básicos na pauta exportadora. Até o ano de 2008, os três fatores agregados têm desempenho positivo, com os básicos crescendo mais rapidamente. De 2008 em diante, observa-se estagnação das exportações em volume dos produtos manufaturados. Destacam-se o minério de ferro, a soja e o petróleo como os produtos que mais aumentaram sua participação, tornando-se as principais exportações do Brasil. Outras tendências são: a menor intensidade tecnológica entre os produtos industriais exportados; menor participação dos produtos industriais brasileiros no comércio mundial; e aumento da participação da China como destino de exportação, país que se tornou principal parceiro comercial do Brasil.

A influência da China nas exportações brasileiras não se limitou à importação de commodities por parte do país asiático. No período entre 2003 e 2007, de grande

dinamismo econômico a nível internacional, a China contribuiu de maneira indireta às exportações de manufaturados brasileiros, além de influenciar o nível de preços de algumas commodities, o que colaborou para um bom desempenho das exportações do Brasil de modo geral nesta época. Neste momento, a reprimarização se dá por um desempenho dos produtos básicos mais vigoroso que o de manufaturados.

A partir de 2008, a crise financeira internacional surte efeitos diretos nas exportações de manufaturados do Brasil em decorrência da desaceleração econômica de alguns de seus parceiros, mais notavelmente dos EUA. Também neste período, as exportações chinesas passam a avançar no mercado de alguns dos principais parceiros comerciais do Brasil (América do Sul), ao mesmo tempo que as exportações brasileiras retrocedem. Verifica-se assim um acirramento da concorrência com a indústria chinesa, o que em parte é resposta daquele país à crise de 2008.

Portanto, verifica-se que ocorreu no Brasil uma importante alteração de sua inserção externa expressa na reprimarização da pauta exportadora. Ainda que tal fenômeno tenha sido acompanhado de melhora nas contas externas, não devem ser negligenciados seus possíveis efeitos de longo-prazo prejudiciais à economia brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL - uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.), *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, 1a ed. Rio de Janeiro: Record, pp.13-68, 2000

CUNHA, A. M.; LÉLIS, M. T.; BICHARA, J. S. O Brasil no espelho da China: tendências para o período pós-crise financeira global. *Rev. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 208-236, 2012

DE NEGRI, F. ; ALVARENGA, G. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. *Radar n. 13* IPEA, pp.7-14, 2010

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) IPEADATA. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acesso em fevereiro de 2019

LAGO, L. A retomada do crescimento e as distorções do "milagre": 1967-1973. In: ABREU, M. P. (Org.) *A Ordem do Progresso - Dois Séculos de Política Econômica no Brasil*, 2nd ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, pp.233-294, 2014

MEDEIROS, C. A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática. *Revista de Economia Política*, vol. 26, nº 3 (103), pp. 381-400, 2006

\_\_\_\_\_. *The decoupling of economic growth in world economy in the last decade and development strategies*. Coleção FGV EESP cnd. São Paulo, 2011

MEDEIROS, C.; CINTRA, M. R. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. *Revista de Economia Política*, vol. 35, nº 1 (138), pp. 28-42, 2015

MEDEIROS, C.; SERRANO, F. Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil, In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Org.) *Polarização mundial e crescimento*. Rio de Janeiro. Vozes: 2001.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC) Disponível em < <http://www.mdic.gov.br/>> Acesso em fevereiro de 2019.

PEREIRA, L. *O Efeito China nas Exportações Brasileiras em Terceiros Mercados: Uma Análise do Constant Market Share*. Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2014

PÉREZ, C. Technological dynamism and social inclusion in Latin America: a resource-based production development strategy. *CEPAL Review* (100), pp.121-141, 2010

\_\_\_\_\_. *The new context for industrializing around natural resources: an opportunity for Latin America (and other resource rich countries)?* Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics no. 62 Tallinn University of Technology, 2015

PINTO, E. O eixo sino-americano e a inserção externa brasileira: antes e depois da crise. Brasília. Texto para discussão . IPEA, 2011

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: R. BIELSCHOWSKY, ed., *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, 1st ed. Rio de Janeiro: Record, pp. 69-136, 2000

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 37, nº 1 (146), pp. 189-207, 2017a

\_\_\_\_\_. *Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais*. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 290, 2017b

SERRANO, F. A mudança na tendência dos preços das commodities nos anos 2000: aspectos estruturais. *Oikos*, (v.12 n.2), pp.168-198, 2013

SQUEFF, G. Desindustrialização em Debate: aspectos teóricos e alguns fatos estilizados da economia brasileira. *Radar n. 21 IPEA*, pp.7-17, 2012

TAVARES, M. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: M. TAVARES, ed., *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, 11th ed. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 27-115, 1977

THE WORLD BANK – World Integrated Trade Solutions (WITS). Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/Default.aspx?lang=en>> Acesso em fevereiro de 2019

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD) UNCTADSTAT. Disponível em: <<https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>> Acesso em maio de 2019